

Valor
Setorial

Abril 2020
www.valor.globo.com

ENERGIA



Valor Setorial ENERGIA

CRISE TRAVA REFORMA

Corte de investimentos ocorre em momento de definição regulatória

Abril 2020

HORA DE REVISAR O ORÇAMENTO

O temor de inadimplência e as incertezas trazidas pela Covid-19 exigem negociação de contratos com fornecedores e recursos por parte do governo federal

Por Inaldo Cristoni

As distribuidoras de energia já admitem a revisão dos planos de investimentos programados para este ano em decorrência da proliferação do novo coronavírus. O momento é de avaliação do impacto das medidas adotadas na tentativa de conter a pandemia. Mas existe o temor de retração da atividade econômica, com consequente queda do consumo e aumento da inadimplência – fatores que podem levar a um desequilíbrio econômico-financeiro da cadeia de suprimento do setor elétrico.

Ações que permitem a injeção emergencial de liquidez ao caixa das distribuidoras foram comemoradas pelo setor, como a antecipação, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de R\$ 2 bilhões reservados para alívio de futuros encargos para as distribuidoras. Além disso, foi editada a Medida Provisória 950, que autoriza o aporte de R\$ 900 milhões, pela

União, na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir as despesas de energia elétrica dos consumidores de baixa renda que fazem parte da Tarifa Social. Estima-se que nove milhões de famílias serão beneficiadas e em R\$ 1,2 bilhão o custo decorrente da operação no período de sua vigência - entre abril e junho.

AMP 950 trata, ainda, da possibilidade de realização de operações financeiras para atender as distribuidoras, o que vai permitir a continuidade do fluxo de pagamentos na cadeia de energia elétrica. Entretanto, a conta será paga pelos consumidores, via cobrança nas tarifas de energia, inclusive dos consumidores que, a partir de abril, migrarem para o mercado livre. De acordo com João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, ainda não é possível estimar o impacto que o empréstimo terá nas tarifas. “Para esse cálculo, será necessária a definição do valor total do auxílio e do tempo de carência para o pagamento.”



A rede de distribuição da EDP abastece 70 municípios no Espírito Santo

União, na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir as despesas de energia elétrica dos consumidores de baixa renda que fazem parte da Tarifa Social. Estima-se que nove milhões de famílias serão beneficiadas e em R\$ 1,2 bilhão o custo decorrente da operação no período de sua vigência - entre abril e junho.

AMP950 trata, ainda, da possibilidade de realização de operações financeiras para atender as distribuidoras, o que vai permitir a continuidade do fluxo de pagamentos na cadeia de energia elétrica. Entretanto, a conta será paga pelos consumidores, via cobrança nas tarifas de energia, inclusive dos consumidores que, a partir de abril, migrarem para o mercado livre. De acordo com João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, ainda não é possível estimar o impacto que o empréstimo terá nas tarifas. "Para esse cálculo, será necessária a definição do valor total do auxílio e do tempo de carência para o pagamento."

A receita das concessionárias pode ser afetada tanto pelo risco de inadimplência - a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendeu por 90 dias o corte de energia por falta de pagamento -, como pela desoneração do consumidor. Propostas de isenção da conta de luz estão sendo discutidas. Parte significativa da conta de luz paga pelos consumidores das classes residencial e industrial é destinada para cobrir os custos relativos à compra de energia (geração), transmissão, encargos setoriais e tributos estaduais e federais. Isso corresponde a 80,2% do valor cobrado, que as distribuidoras transferem para os demais agentes da cadeia de suprimentos. Somente os 18,8% restantes correspondem aos serviços de distribuição, abrangendo os investimentos em operação, manutenção, expansão e modernização da rede para o fornecimento de energia com qualidade ao consumidor final. Por isso, a preocupação com os efeitos do cenário atual sobre o equilíbrio econômico-financeiro do setor elétrico.

A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) defende que o fluxo de recebimentos das faturas compostas não pode ser interrompido. Sobre a desoneração ao consumidor, a entidade ressalta que medidas com este objetivo só podem ser praticadas se precedidas de um arranjo legal e em comum acordo com o poder concedente e regulador, inclusive por questões constitucionais.

Em relação ao consumo, a Thymos Energia fez uma projeção alarmante: recuo de até 14% na demanda no ano de 2020, a depender da intensidade do impacto do novo coronavírus sobre a economia. Para tanto, leva em consideração um crescimento de 10% da demanda residencial - estimulada pelos trabalhos home office e pelo isolamento social - e queda de 30% no consumo comercial e industrial com a paralisação parcial desses setores. A projeção é de que o período mais crítico de baixo consumo seria entre março e maio. A retomada da demanda aos níveis anteriores da pandemia tende a acontecer a partir do mês de setembro. Antes da

chegada do novo coronavírus ao Brasil, a consultoria previa um aumento entre 3% e 4% na demanda por eletricidade no ano.

De acordo com Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, a carga de energia apresentou queda de 16% na primeira semana da quarentena. Como o impacto médio consolidado no ano dependerá, principalmente, da duração do isolamento social e da velocidade da recuperação da economia após o auge da epidemia, ele ressalta que o momento requer uma ação coordenada entre o setor e as autoridades. “Seria prudente que o governo proporcionasse uma linha de crédito para que as empresas possam assegurar a cobertura dos custos de todos os elos da cadeia de suprimento até a crise ser superada.”

Algumas concessionárias já informaram suas principais contrapartes de que estão realizando análises de contratos e que pretendem negociar a respeito. É o caso da Enel Brasil, que possui concessionárias de distribuição em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará, e do grupo Equatorial, dono das distribuidoras Celpa (PA), Cemar (MA), Cepisa (PI) e Ceal (AL). O risco para as distribuidoras é de queda de receita de forma desproporcional às despesas, que são em grande parte fixas. Além disso, Sales chama a atenção para o impacto da desmobilização dos trabalhadores de campo com o isolamento social, o que pode comprometer a qualidade do serviço de fornecimento de energia.

Diante de um cenário de incertezas, as distribuidoras estão revendo os planos. AEDP, por exemplo, previa investir mais R\$ 600 milhões na modernização e expansão de sua rede neste ano. Entretanto, em virtude das barreiras sanitárias e da limitação das atividades profissionais, talvez não seja possível cumprir o cronograma, admite João Brito Martins, vice-presidente de redes. “Estamos recalculando prazos.” A prioridade, no momento, “é assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica, um serviço essencial aos nossos clientes”.

O executivo conta que os projetos abrangem a construção de novas subestações, ampliação e modernização das subestações existentes e recapitação de linhas de distribuição de alta-tensão. Ações voltadas para combater as perdas comerciais também estão no radar da concessionária.

Na área de tecnologia, as prioridades são a digitalização de processos internos e a melhoria do atendimento aos clientes. Martins cita o início dos testes com chatbot de terceira geração no call center da empresa e com sistema de videoatendimento. Outro destaque é o uso de uma plataforma integrada para inspeção aérea, por meio de inteligência artificial, capaz de fazer o diagnóstico de eventuais pontos vulneráveis a defeitos no sistema.

AEDP tem uma rede de média-tensão de 67 mil quilômetros, que abastece 3,5 milhões de clientes em sua área de concessão, formada por 28 municípios paulistas e 70 capixabas. Em São Paulo, os investimentos deste

ano serão direcionados às regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, com destaque para a cidade de Suzano e adjacências. No Espírito Santo, estão previstos aportes na Grande Vitória e em outros sete municípios

No ano passado, a EDP investiu R\$ 647 milhões em sua rede de distribuição, que permitiram melhorar os indicadores de qualidade de serviço. A Duração Equivalente de Interrupção (DEC) – que indica o número de horas em média que o consumidor fica sem energia elétrica durante um período – em São Paulo foi de 6,98 e no Espírito Santo, de 8,18. Já a Frequência Equivalente de Interrupção (FEC) foi de 4,52 vezes e 4,48 vezes, respectivamente.

A Energisa, que tem na distribuição a sua principal atividade no setor de energia, também fará revisão dos números relacionados aos investimentos. Antes da epidemia, o plano era aplicar R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bilhões nas suas distribuidoras. O restante seria destinado para outras unidades de negócios, como transmissão, comercialização de energia, geração distribuída e soluções. O aporte no exercício passado foi de R\$ 3,167 bilhões.

No planejamento elaborado inicialmente, as duas mais recentes concessões da distribuidora, uma no Acre e outra em Rondônia, receberiam a maior parte dos recursos, algo em torno de R\$ 890 milhões, para o desenvolvimento de projetos até 2022 que visam recuperar a capacidade de entrega de serviços de distribuição com qualidade aos consumidores dessas regiões. “Estamos fazendo uma grande mudança de patamar dessas duas empresas, que tinham carência de investimentos”, afirma Ricardo Botelho, CEO da Energisa.

No Leilão de Desestatização da Elerobras, realizado em agosto de 2018, a Energisa assumiu a responsabilidade pela operação da Eletroacre. No mesmo certame, adquiriu o controle da Ceron, para atender mais de 630 milhões de clientes de 52 municípios, com uma cobertura de 238 quilômetros quadrados no Estado de Rondônia. Com as duas incorporações, a Energisa passou a fornecer energia elétrica para 7,8 milhões de clientes no país.

Um dos projetos consiste em melhorar a infraestrutura de distribuição das novas concessões. Isso significa aumentar a capacidade de subestações, substituir equipamentos de rede, conectar comunidades isoladas ao Sistema Elétrico Nacional (SIN) e desativar a operação de geradores a diesel que abastecem a região – o que reduz significativamente o custo de contratação de energia, já que o diesel é muito mais caro que outras fontes de energia, e a emissão de CO₂.

A substituição do gerador a diesel já aconteceu na Vila Restauração, no Acre, próximo à fronteira com o Peru. Na comunidade foi implantada uma microrrede com geração solar fotovoltaica e armazenamento de energia em baterias, operada de maneira otimizada, que garante o fornecimento de energia renovável durante 24 horas por dia. Antes, os consumidores da re-



gião recebiam energia elétrica durante apenas quatro horas por dia de um gerador a diesel. O plano é replicar a metodologia em comunidades remotas da região.

A Energisa fez também investimentos na estrutura operacional das novas concessionárias, com ampliação da frota e do pessoal (administrativo e equipe de campo) e na adoção de sistemas de informática, para melhorar os processos de gestão. Outras medidas dizem respeito à expansão das telemedições, regularização de ligações clandestinas, substituição de medidores obsoletos, ampliação e intensificação das inspeções. As ações de combate às perdas, por meio de um centro de inteligência, serão prioridade nos próximos três anos.

Os investimentos da Neoenergia em distribuição aumentam a cada ano. No exercício passado, foram aplicados R\$ 3,3 bilhões em projetos de expansão e aprimoramento da rede, renovação de ativos e ações de combate a perdas de energia. Até 2022, a companhia pretende fazer um aporte entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões, dos quais R\$ 16 bilhões serão destinados ao desenvolvimento de projetos em suas quatro distribuidoras. O restante será aplicado na área de transmissão. Entre as ações, Mario Ruiz Tagle, CEO da Neoenergia, destaca o projeto Conexão Digital, que vai modernizar

e integrar novos canais de atendimento. Lançado em março, terá investimento de R\$ 127 milhões. O resultado é a agilidade nos serviços e no atendimento. “Acreditamos que o elemento fundamental para oferecer um bom serviço e manter o diferencial no setor é focar na qualidade e na capacidade de reação, o que envolve infraestrutura e equipes para atender os clientes nos momentos mais críticos.”

Através de suas concessionárias, a Neoenergia atende cerca de 34 milhões de clientes de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Mato Grosso do Sul. A companhia fechou o exercício de 2019 com um volume distribuído de 58.918 GWh de energia, superando em 3,9% a carga total distribuída no ano anterior. A Coelba atende seis milhões de clientes de 415 municípios. Em Pernambuco, área de concessão da Celpe, foram distribuídos no ano passado 17 GWh de energia para os 3,6 milhões de clientes do Estado, representando um incremento de 3,5% em relação ao exercício de 2018. As concessionárias Elektro, que cobre municípios de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, e Cosern, que opera no Rio Grande do Norte, distribuíram 19.150 GWh, alta de 2,6%, e 6.424 GWh de energia, índice 1,5% superior, respectivamente.

Botelho, da Energisa: plano de R\$ 3 bilhões será revisto